

RELAÇÕES SOCIAIS COMO FATORES DECISIVOS NO USO DE PRONOMES DE TRATAMENTO DE 2ª PESSOA

Ana Lucia Golob Machado é aluna do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: luciagolob@yahoo.com.br.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Meister Ko. Freitag.

RELAÇÕES SOCIAIS COMO FATORES DECISIVOS NO USO DE PRONOMES DE TRATAMENTO DE 2ª PESSOA

RESUMO

A pesquisa em sociolinguística tem passado por mudanças quanto aos seus objetos de análise e seus métodos. A problemática que envolve as questões de significado e variação tem suscitado o interesse de pesquisadores como Labov e Lavandera, mas também de nomes contemporâneos, como Eckert e Freitag. A compreensão da prática social como construtora de significados e, ao mesmo tempo, resultante das significações materializadas, como explica Eckert, é algo inovador e implica considerações a respeito das funções exercidas através da linguagem. Os pronomes de tratamento explicitam de maneira clara as relações contidas na língua, que, neste caso, é usada pelos falantes com intenções de convencimento, reverência ou persuasão. Brown e Gilman consideram que os fatores sociais e ideológicos são essenciais na escolha do pronome de tratamento a ser usado, em diferentes comunidades. Eles indicam a tendência no uso do pronome recíproco *tu* em detrimento do uso chamado assimétrico, pelo qual se demonstram as diferenças de poder entre os falantes. De maneira mais abrangente, tenta-se demonstrar neste artigo as relações entre os indivíduos através da investigação dos pronomes de tratamento utilizados em diferentes contextos em Aracaju/SE.

Palavras-chave: prática social, significado, pronomes de tratamento.

1 A SOCIOLINGÜÍSTICA E A ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS

Os estudos da sociolingüística percebem os aspectos sociais como fatores condicionadores da variação lingüística. Associações entre o falante e seu meio são feitas para explicar o uso de determinado traço lingüístico, como também para identificar sua proveniência. Tradicionalmente, como informa Dino Preti, explicitam-se aspectos como os geográficos, sociológicos e situacionais para se descobrir o porquê das diferenças lingüísticas, que, na maior parte das vezes, são tratadas apenas no nível fonológico.

Porém, pesquisas mais recentes têm considerado a prática social como base do processo de mudança e de variação lingüística, como no caso dos trabalhos de Penélope Eckert. O indivíduo passa a ser considerado agente transformador do meio e a significação é percebida como parte da sociedade, construída por ela e para ela. No entanto, tratar de significação é algo relativamente estranho à sociolingüística tradicional. Raquel Meister Ko. Freitag defende a ampliação do escopo dos estudos variacionistas, através da releitura do trabalho de Beatriz Lavandera e de Labov sobre essa temática. A significação é tomada como base nos estudos de Roger Brown e Albert Gilman, que consideram as relações entre locutor e interlocutor responsáveis pela escolha dos pronomes de tratamento, convencionalmente chamados T e V, do Latim *tu* e *vos*, e apresentam fatos históricos que explicam seus usos recíproco e não-recíproco, em diferentes sociedades.

O presente estudo visa a analisar o uso dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa, de maneira a apresentar relações sociais que expliquem a escolha do pronome adequado a cada situação. As formas de tratamento analisadas neste trabalho são aquelas usadas em situações cotidianas, na cidade de Aracaju/SE, como: senhor (a), moço (a), tio (a), mulher / [mulhé], homem [ómi], meu irmão, brother, fia, compadre [cumpadi], comadre [cumadi], entre outros.

2 A VARIAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA

A escolha dos pronomes de tratamento depende de uma série de fatores, analisáveis à luz da sociolingüística como corrente funcionalista. Ela identifica a motivação social que reflete no uso de uma ou outra forma, e pode ser mais eficiente se considerar as intenções do locutor e as ações decorrentes do impacto de sua fala. Para os sociolingüistas, a escolha de um uso lingüístico em detrimento de outro, chamada *variação*, é um fenômeno relacionado ao contexto social. Segundo Preti (1982), a sociolingüística francesa considera que há três tipos de variação

extralingüística, que são: geográficas; sociológicas, que indicam características do falante, como idade, sexo, profissão, classe social, etc.; contextuais, que são as relações entre falante e ouvinte, lugar, identidade e assunto tratado. Porém, os fatores extralingüísticos reconhecidos por Preti são usados pela sociolingüística tradicional de forma a fazer associações superficiais entre eles e os falantes ou comunidade lingüística. Matoso Câmara (1979) diz que a mudança fonética foi focalizada pela lingüística, pois o plano fônico é mais facilmente analisável. A renovação dos estudos em sociolingüística esbarra, então, na própria concepção do objeto a ser analisado e no método a ser empregado.

2.1 Ampliação do conceito de variação e estudo de outros fenômenos

Atualmente, o escopo da sociolingüística tem se ampliado e incorporado outros planos lingüísticos. Segundo Freitag (2009), ao se ampliarem os estudos variacionistas em detrimento da fonologia, ocorrem alguns problemas teórico-metodológicos. Labov (apud Freitag, 2009) considera a variável lingüística como as diferentes maneiras de se dizer algo em um mesmo contexto, o que sugere uma equivalência semântica; porém, Lavandera (apud Freitag, 2009), propõe ampliar a noção de variação para uma equivalência funcional, ou comparabilidade funcional, em que as estruturas apresentam a mesma função comunicativa, mas não possuem sempre o mesmo significado, como havia proposto Labov. De fato, Lavandera (1977) demonstra a importância de se estender a noção de variação. Ela parte do questionamento de Labov sobre o porquê de alguém falar algo, e o atualiza em um âmbito funcional, em que se observa “para que” algo é falado. A partir desse pressuposto, indica que a variação corresponde às formas que comunicam significado social e estilístico, e que possuem significância relativa à sua variação. Freitag (2009) afirma que o estudo da variação nos níveis gramaticais mais altos parte do pressuposto de que as funções desempenhadas podem ser analisadas a partir das formas, ou seja, um falante utiliza-se de formas para realizar uma função comunicativa; sendo assim, deve ser feito o mapeamento das formas possíveis para a realização de uma determinada função comunicativa e, em seguida, deve ser feita a análise dos contextos em que essas funções ocorrem. Para Labov (1978), é preciso cautela nesse tipo de investigação, pois os métodos da sociolingüística são precisos quando se trata de um significado para duas formas diferentes, mas a variação entre dois significados para uma mesma forma depende de fatores como outros itens significativos envolvidos, contexto, etc. Lavandera (1977) diz que o estudo da variação para além dos fenômenos fonológicos implica mudança na própria definição de variação. Para ela, manter o conceito de variação fonológica como tendo o mesmo sentido referencial condiz com o conceito de variação de Labov, o que é uma facilidade para o método tradicional de pesquisa, já

que não é preciso lidar com as diferenças semânticas; mas essa restrição não se insere nos novos rumos da pesquisa sociolingüística.

2.2 Os significados e a prática social

Eckert (2000) indica que o estudo da variação em comunidade, assim como pesquisado por Labov e por Trudgill (apud Eckert, 2000), explicita o uso da linguagem vernacular e/ou padrão de acordo com uma estratificação socioeconômica que, depois, passa a ser ampliado para um esquema de investigação de modos de vida (Milroy e Milroy apud Eckert, 2000), com base em pesquisa de Labov, em 1966, sobre a mudança fonológica em Nova York, que demonstra que a fala policiada da classe média baixa é mais padronizada que a fala policiada da classe média alta e, ao mesmo tempo, mais vernacular que a da classe trabalhadora, que está estratificada mais abaixo. Eckert (2000) explica essa tendência ambígua de modo a considerar a classe média baixa em uma posição instável, situada entre duas forças opostas, cuja história demonstra participação insegura no mercado de trabalho, pois os trabalhadores da classe média baixa são os primeiros a perder o emprego em tempos difíceis e, segundo Mayer (apud Eckert, 2000), é uma classe que se caracteriza como um canal importante para a mobilidade social. Eckert (2000) considera ainda que a classe média baixa provém da classe trabalhadora e, por isso, rejeita suas raízes, além de estar em uma posição extremamente precária, pois a depender da economia, essa classe pode voltar ao nível que se encontra abaixo dela na estratificação. Ao se situar entre a negação à classe trabalhadora e a promessa de entrada na classe média alta, a classe média baixa mantém uma relação controversa com aquelas duas.

Eckert (2000) considera que o estudo do significado na variação sociolingüística deve relacionar variação e identidade, pois a construção de significado ocorre em comunidade e facilita as atividades, abstrações, símbolos, itens lexicais especializados que ocorrem nesse meio e são, portanto, parte dele. Os significados estão ligados à prática da comunidade e têm dupla função: são símbolos dos membros da comunidade e também são uma base para a formação de outros significados e atividades. Ou seja, as construções ou as materializações de significados são feitas a partir de uma comunidade, para servir a ela e a seus membros. As comunidades modificam-se e desenvolvem-se através do compartilhamento, manipulação e elaboração de materializações, que não são a elevação de algo novo, mas uma nova atitude frente a alguns símbolos cotidianos. Esses símbolos são muitas vezes tomados para identificar grupos, da mesma maneira que a sociolingüística variacionista utiliza-se de traços sociais lingüísticos para fazer associações a grupos; mas alguns símbolos são fluidos e podem materializar aspectos das relações humanas e de identidade.

Eckert (2000) continua sua explicação quando diz que nem sempre ocorre associação de formas lingüísticas a significados existentes, mas pode ocorrer o uso inovador da forma lingüística dotando-a de novo significado. Portanto, a construção do significado social é elaborada da mesma forma que a construção da linguagem, sendo que a variação lingüística não apenas reflete o significado social existente, mas é parte da sociedade. A partir desse ponto de vista, os falantes não podem ser percebidos como usuários do sistema lingüístico, mas devem ser reconhecidos como agentes desse sistema. As relações que são feitas entre as variantes lingüísticas internas e as variantes sociais externas não são associações estáticas; elas são recriadas a todo o momento pelos usuários do sistema.

Eckert (2000) afirma que a abordagem de variação feita por ela pode ser observada em diversos estudos, como o de Labov na ilha de Martha's Vineyard, em 1963. Para ela, a pesquisa de Labov demonstra diversas relações entre engajamento/orientação social e uso de variantes lingüísticas, que foram usadas posteriormente em outros estudos, de forma generalizada. Porém, os estudos sociolingüísticos têm base em teorias estruturais, ou seja, os dados não trazem informações da prática social e, quando esta última é evocada para explicar a variação, são feitas correlações generalizadas entre ela e o objeto analisado, como, por exemplo, a classe, no estudo de Labov, em 1966, ou as diferenças de gênero, como em Trudgill, em 1974, sem que haja uma observação mais acurada da prática social na comunidade. Quanto à mudança lingüística, que já é estudada pela sociolingüística em termos de processo contínuo de mudanças ocorridas no uso da língua no dia-a-dia, deve ser relacionada à mudança no nível social, pois os dois estão intimamente relacionados. Para Eckert (2000), a mudança social também deve ser analisada em seu processo cotidiano, de forma que sejam percebidas as correlações entre ela e a mudança lingüística, o que leva a uma nova percepção sobre o falante. Milroy (apud Eckert, 2000) coloca o falante como indivíduo em lugar de destaque nas pesquisas sobre variação, ao contrário do que ocorre normalmente, pois se procura tomar um grupo de falantes que apresentem certa homogeneidade de acordo com algum critério preestabelecido. Isso torna o falante representativo de um grupo ou categoria, mas deixa de considerá-lo como agente. A associação de uma variante a um grupo de falantes considerado em seu lugar na sociedade é possível de ser feita e os resultados neste sentido são relevantes para os estudos em sociolingüística; mas trata-se, de acordo com Eckert (2000), de ampliar essa noção e perceber o falante como agente em seu tempo de vida, que se movimenta, consolida seu espaço, se acomoda ou modifica seu meio.

Os pontos abordados por Milroy são importantes para a compreensão das mudanças de significado, inclusive no que concerne aos pronomes de tratamento. Quando o falante deixa de ser percebido como informante de aspectos sociais e contextuais, e passa a ser estudado como

agente transformador, as relações de poder tornam-se mais evidentes. O uso semântico inicialmente deslocado do valor referencial só ocorre devido ao poder transformador simbólico do falante-agente. O novo uso semântico só pode vir a se perpetuar devido às possíveis relações de poder, que ocorrem entre os indivíduos, cada qual capaz de aceitar ou não a convenção que se tenta estabelecer. No caso específico dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa, é essencial essa consideração do falante como indivíduo, pois sua fala revela as intenções com relação ao ouvinte, além de declarar informações sobre si mesmo e sobre o outro.

Eckert (2000) diz que as considerações sobre o social devem levar a uma correlação complexa entre língua e sociedade, e não a uma simples associação entre língua e proveniência social. A tendência dos estudos variacionistas é de rejeitar o indivíduo como unidade de análise, numa perspectiva do social como comunal, o que deve ser re-elaborado em uma concepção de teoria da prática, que analisa a produção da prática lingüística pelo sujeito e, também, como esse sujeito inserido na sociedade é reproduzido pela prática lingüística. Uma teoria social da linguagem deve perceber a *langue* como um processo de convencionalização, e a competência do falante individual não pode ser vista apenas como internalização de uma convenção. A prática lingüística não é apenas o uso consensual de um sistema, pois uma convenção é um processo em que o indivíduo age sobre o outro e faz hipóteses sobre seu comportamento; ou seja, o sujeito falante é um agente criador de convenções

2.3 As relações de poder e o uso de T e V

A partir desses pressupostos, podem-se compreender de maneira mais detalhada os estudos de Roger Brown e Albert Gilman sobre os pronomes de poder e solidariedade. Brown e Gilman (2003) consideram que a semântica dos pronomes de tratamento sustenta-se no tipo de relação que se mantém entre o falante e o interlocutor. Sendo assim, o pronome de tratamento a ser utilizado depende da estrutura social e da ideologia de grupo. O uso de um pronome de tratamento indica tanto a proveniência de classe social do falante quanto suas idéias políticas. Para que a compreensão seja facilitada, Brown e Gilman (2003) fixam T e V para indicar os pronomes de tratamento em Latim *tu* e *vos*, que são encontrados em outras línguas com formas diferentes: italiano *tu* e *voi/lei*, francês *tu* e *vous*, espanhol *tu* e *vos*, depois *usted*, alemão *du* e *Ihr*, que em seguida tornou-se *er* e depois *Sie*, inglês *thou* e *ye*, que depois mudou para *you*.

Os autores anteriormente citados explicam que a antiguidade latina conhecia apenas o pronome singular *tu*, e a forma plural *vos* direcionada a uma pessoa foi primeiramente usada como tratamento ao imperador, a partir do século IV. Na época, havia dois imperadores: um em Constantinopla e o outro em Roma, mas, mesmo assim, o império era administrado de forma

unificada. Então, quando se dirigia a um imperador, na verdade, era aos dois que se falava. Acredita-se que a escolha de *vos* para se dirigir a um imperador possa ser uma resposta a essa pluralidade; além disso, considera-se que um imperador indica pluralidade também por falar pelo seu povo, como seu representante. Sendo assim, o imperador fala *nós* em situações em que dizer-se-ia *eu*, e o uso de *vos*, nesse sentido, é apenas uma forma recíproca de tratamento. Por fim, o uso posterior de *vos* como forma de reverência pode ter sido influenciado pelo uso primeiro, que refletia o poder do imperador, e esse uso foi disseminado entre outras figuras de poder, sem que houvesse, no entanto, estabilidade até o século XIV.

Brown e Gilman (2003) consideram a semântica do poder como não-recíproca: por esse viés, alguém que detém mais poder diz T e recebe V. Esse poder pode ser em relação a características físicas, papel exercido na sociedade ou na família, entre outros. Isso supõe que cada indivíduo possua um grau de poder próprio na sociedade. A sociedade medieval, por exemplo, não tinha estrutura complexa a ponto de incutir nuance de poder a cada indivíduo; portanto, seus falantes utilizavam de forma recíproca o pronome V quando se tratava das classes mais altas e T quando pertencentes às classes mais baixas. A disseminação do uso de V singular foi feita a partir do topo da estratificação social para em seguida ser usado pelas outras classes, pois no Império Romano, apenas as pessoas das classes mais distintas tinham a oportunidade de dirigir-se ao imperador. Com o tempo, uma corte passou a imitar a outra, e o uso de V no singular começou a designar falantes de status elevado. Em séculos posteriores, na Europa, seu uso passa a ser uma marca de elegância. Por muitos séculos, o uso de V e T pelos franceses, ingleses, italianos, espanhóis e alemães foi feito de forma não-recíproca quando os falantes tinham níveis diferentes de poder, e de forma recíproca quando os falantes pertenciam à mesma classe social e, portanto, tinham níveis de poder semelhante.

Porém, neste ponto, é preciso especificar dois usos diferentes de V singular. O primeiro, que foi explicado previamente, é chamado não-recíproco e depende de relações de poder assimétricas; já o segundo uso é chamado recíproco, pois não depende do grau de poder exercido pelos falantes, e suas relações são simétricas. No uso não-recíproco, o detentor de maior poder recebe V e diz T; mas em uma relação recíproca, que é uma relação de solidariedade, ou se diz V ou se diz T mutuamente, sendo que o uso de T é maior quando o grau de solidariedade aumenta. Para tal, levam-se em consideração as similaridades de comportamento entre os falantes, como, por exemplo, família, religião, profissão, sexo e local de nascença. Até o século XIX, a semântica do poder prevaleceu, mas a partir do século XX a semântica da solidariedade alcançou lugar de destaque: o uso atual de T recíproco indica solidariedade, e o uso recíproco de V demonstra não-solidariedade, usado igualmente entre falantes que possuem níveis diferentes de

poder. As práticas relacionadas ao poder têm sido reavaliadas e, portanto o uso de T tem aumentado, mas ainda persistem os resquícios da semântica do poder no uso recíproco de T, pois se espera da pessoa que tem mais poder permissão ou iniciativa para que a forma simétrica seja utilizada. A tendência no uso de T está ligada ao fato de que o número de relações sociais de solidariedade em que se aceita T também tem aumentado. Essas relações possuem algumas diferenças a depender do país; valores diferentes são dados às características que podem ou não gerar solidariedade: para os alemães, fazer parte da família é considerado um atributo muito importante de solidariedade, enquanto que para franceses e italianos, características adquiridas são mais enfatizadas (Brown e Gilman, 2003).

Uma explicação para essa tendência de solidariedade, ainda de acordo com Brown e Gilman (2003), é a mobilidade social e a ideologia igualitária, ao contrário do que ocorre nas sociedades estruturadas estaticamente, em que as pessoas têm um lugar social previamente demarcado. A preferência do uso recíproco de T indica a reação contra o pronome V, que historicamente está ligado às classes dominantes e, assim, foi preterido em função de T, no período da Revolução. Atualmente, na França, não é muito aceitável dizer T a uma pessoa que possui um nível mais baixo de poder, em relação à atividade exercida, como a um garçom, por exemplo. Todos esses dados podem ser fortalecidos com a exemplificação do uso dos pronomes de tratamento na Índia. O uso assimétrico entre irmão mais velho e mais novo, e entre marido e esposa, demonstram o quanto é levado em consideração o poder, o que começa a mudar, já que a sociedade indiana tem sofrido mudanças que refletem o uso recíproco do pronome entre os indianos jovens. Ou seja, Brown e Gilman (2003) acreditam que o desenvolvimento das sociedades abertas e a ideologia igualitária são os responsáveis pelo aumento das relações de reciprocidade, contra a semântica não-recíproca do poder.

Apesar de o uso de T simétrico ter aumentado nos últimos séculos, no que parece devido às mudanças das sociedades, relações de poder persistem ainda no uso dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa. Essas relações estão presentes na fala dos indivíduos de maneira tão habitual, que suas implicações não são percebidas. A forma com que alguém trata seu interlocutor revela informações sobre ambos, além de indicar intenções e causar efeitos e ações no ouvinte.

3 RELAÇÕES DE PODER NA FALA DOS ARACAJUANOS

A análise impressionística foi utilizada neste trabalho e os seguintes pronomes de tratamento da 2ª pessoa foram identificados: senhor (a), moço (a), tio (a), mulher / [mulhé], homem [ómi], meu irmão [mermão], brother, fia, compadre [cumpadi], comadre [cumadi], meu

filho [mofio], dona, madame, doutor, senhorita, [seu]. Os pronomes foram relacionados às intenções dos falantes e ao tipo de impacto causado no interlocutor. Dividem-se de acordo com o grau de subserviência; formalidade/respeito; ou, ainda, de acordo com a intenção de criar uma situação de intimidade com o interlocutor. Como forma de subserviência, o pronome *doutor(a)*, usado indiscriminadamente, considera o interlocutor como detentor de maior poder intelectual e com mais prestígio social; porém, esse mesmo pronome pode indicar formalidade ou respeito em seu uso mais contido. É usado para tratar homens ou mulheres que aparentam idade superior a 30 anos, que se vestem formalmente e com elegância e que, de alguma forma, transmitem uma idéia de seriedade e elegância através de seus trejeitos e vestimentas.

Como formalidade ou respeito, os pronomes *senhor(a)*, *dona* e *seu* são de uso comum em diferentes esferas da sociedade e são pronunciados tanto de maneira recíproca, quanto em relações de poder assimétricas. No primeiro caso, indicam formalidade e falta de intimidade, já no segundo, dependem do grau de poder exercido pelos falantes. Já os pronomes de tratamento moço(a), tio (a), mulher / [mulhé], homem [ómi], meu irmão [mermão], brother, [fia], compadre [cumpadi], comadre [cumadi], meu filho [mofio], madame e senhorita indicam relações intencionais implícitas no ato de fala. Muitas vezes, eles são usados com a função conativa, ou seja, para influenciar e causar efeitos no ouvinte. Por exemplo, amigos tratam-se por brother, [cumpadi], [mermão], [cumadi], tendo em vista a criação de laços afetivos e a exteriorização de sentimentos de intimidade, como ocorre nas relações consangüíneas entre irmãos, pois haja o que houver, membros da mesma família não se separam ou abandonam uns aos outros. Tratar um amigo por um nome que remete à família é considerá-lo inseparável e isso causa o mesmo efeito no interlocutor, que também passa a perceber o outro com os mesmos critérios de cumplicidade.

No caso de *tio(a)*, o uso restringe-se às crianças e jovens quando se dirigem a pessoas mais velhas que eles e tende a criar momentaneamente uma noção de proteção do adulto com relação ao mais jovem. *Tio(a)* é muito usado por crianças de rua, em uma tentativa de criar aproximação com o adulto interlocutor, fazendo-o acreditar que é responsável por seu bem-estar e proteção naquele momento, o que favorece a doação de esmolas. Outro uso interessante é o caso do pronome *meu filho* ou [mofio], que ocorre entre amigos jovens da mesma idade. Imagina-se que para alguém ser chamado de *meu filho*, deva ter, pelo menos, idade inferior a do falante, mas isso não é um fato. O que ocorre, na verdade, é que esse tratamento é usado para demonstrar ou confirmar que o falante tem mais razão ou mais entendimento em algum aspecto com relação ao ouvinte. Veja-se o caso fictício: - *Meu filho [mofio], ele não disse isso não...* Esse tipo de relação remete aos pais quando chamam seus filhos, pois possuem mais entendimento que eles e os ensinam a bem compreender os fatos.

Os resultados obtidos articulam-se à problemática do poder em:

1. O uso indiscriminado ambíguo dos pronomes *doutor*, *madame/madama* revela tanto a intenção de mobilidade social momentânea quanto a presença de função conativa. Quando alguém usa um termo restrito como os citados, insere-se em um outro nível social, mesmo que momentaneamente. Falar *doutor*, *madame* ou *madama* é considerar a si mesmo conhecedor dos costumes de um grupo mais restrito, o que, naquele momento, transporta-o para o mesmo status social. Observe-se o exemplo de um flanelinha que deseja pedir esmola. Se o fizer *Ô [irmão]*, *veja aí um trocado* causará um impacto negativo no ouvinte, muito diferente de *Doutor, veja aí um trocado*. Apenas ao modificar o pronome de tratamento, relações completamente diferentes estabelecem-se. O falante que diz *doutor* é considerado muito mais digno de receber a esmola do que o outro, pois, para o ouvinte, suas falas são equiparáveis e a impressão é de se estar falando com alguém do seu meio de convivência e, além disso, parece que quem diz *doutor* está mais apto a fazer bom uso do dinheiro a ser recebido. Por outro lado, ao ser chamado de *doutor*, o ouvinte é colocado em um nível econômico mais elevado, capaz, portanto, de fornecer alguns trocados ao pedinte. A esse fato, alia-se a função de convencimento, e a ambigüidade estabelece-se, pois chamar o outro de *doutor* coloca o emissor em uma posição de submissão, já que há forte incongruência entre o aspecto de flanelinha e o termo *doutor* pronunciado por ele. Aqui, há também tentativa de mobilidade social, mesmo que momentânea e aparente, em que a origem é descartada para inserir-se no meio do outro. Porém, é preciso indicar que isso ocorre também no lado oposto da estratificação social, ou ligado a qualquer outro fator social, o que é muito comum entre os adolescentes quando querem entrar em algum grupo de amizades e passam a utilizar vocabulário específico, inclusive pronomes de tratamento diferenciados.

2. Os pronomes aqui estudados indicam a importância de se perceber o falante como indivíduo, agente em seu meio, transformador da linguagem, e por ela transformado. *Brother*, [irmão], [cumpadi], [mulhé] são todas formas que carregam significado implícito e que provocam reações nos interlocutores. As convenções sociais indicam que esses signos podem ser usados, mas apenas serão efetivamente utilizados se as relações entre o locutor e o interlocutor permitirem. Sendo assim, a comunidade lingüística de Aracaju tem, por convenção, algumas formas para tratar pessoas amigas, mas essas formas são usadas apenas se os envolvidos acharem que podem tratar-se como tal. Isso depende de fatores sociais, psicológicos e contextuais intrinsecamente ligados ao falante e ao ouvinte. *Brother* só é pronunciado se o falante tiver plena consciência de que seu interlocutor é digno de confiança. Fora dessa perspectiva, esses pronomes podem ser usados com implicações funcionais momentâneas. Por exemplo, mesmo que não se conheça o interlocutor, pode-se dizer *brother* em um determinado momento para se pedir um

favor. Têm-se, então, dois casos: o uso dos pronomes que indicam laços de familiaridade, como *brother*, [mirmão], [mulhé], [cumpadi], que explicitam o grau de intimidade entre os falantes; e o uso desses mesmos pronomes com relação a completos desconhecidos, em que se busca, no momento, imbricar noções de relações familiares para se conseguir alguma coisa.

3. Todos os pronomes citados indicam relações de poder em ao menos uma esfera. Alguns como *senhor(a)* demonstram uma relação assimétrica, assim como *doutor(a)* e *madama*. Quem recebe esses tratamentos devolve *você* na maioria das vezes. Em Aracaju, o uso simétrico não é tão amplo como já o é em alguns países, como a França, por exemplo. Aqui, diz-se *senhor* para o cliente de uma pizzeria, mas devolve-se *garçom*, *você*, *irmão*, *amigo*, *companheiro*. Não se pode supor, no entanto, que esse uso seja inferior por apresentar relações de poder mais fortes, pois, como foi visto, a idéia de poder insere-se no uso de todos os pronomes de tratamento, seja como poder persuasivo ou indicador de desejo de mobilidade social. Perceber as relações de poder assimétrico significa considerar os aspectos sociais como influenciadores desse estado das coisas, mas, também, influenciado por elas. O poder está em todas as direções, no âmbito lingüístico do emissor e do receptor, e o uso da linguagem explicita as relações de poder já existentes. Não se pode escapar das relações de poder com relação aos pronomes de tratamento, pois o uso recíproco é ele também uma forma de poder ao tentar tornar a sociedade mais igualitária, como sugerem Brown e Gilman (2003). O falar aracajuano ligado aos pronomes de tratamento analisados nesta pesquisa revela as relações sociais existentes, assim como explicita as significações de algumas práticas sociais cotidianas dessa comunidade lingüística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre sociedade e variação lingüística é o eixo de estudo da sociolingüística tradicional; no entanto, começam a ser produzidas pesquisas que consideram o social como parte fundamental da prática lingüística, e não apenas como aspecto condicionador. A partir desse pressuposto, os significados aparecem tanto nas formas usadas, quanto na estrutura ou, ainda, nas relações implícitas que residem no vocabulário. Os pronomes de tratamento são facilmente analisáveis quanto a esses aspectos, pois são formas utilizadas para tratar os outros, e o tratamento depende das relações que se quer manter. Alguns pronomes analisados aqui sugerem reciprocidade em determinadas situações, mas muitos outros indicam noções de poder, que são usados com perspicácia com função de convencimento ou persuasão. O presente trabalho insere-se nas pesquisas atuais em sociolingüística ao descartar a simples correlação entre sociedade e língua e ao afirmar a importância da prática social para a construção de significados.

5 REFERÊNCIAS

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. *The pronouns of power and solidarity*. In Sociolinguistics: the essential readings. Blackwell Publishing, 2003.

CAMARA, João Mattoso. A língua como fato histórico. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. Disponível em <http://acd.ufrj.br/~pead/tema05/ponto20.html>. Acesso em 13 de setembro de 2009.

ECKERT, Penélope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford, England: Blackwell Publishing, 2000.

FREITAG, Raquel Meister Ko. *Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação lingüística nos níveis gramaticais mais altos*. In Matraga. Rio de Janeiro: jan./jun. 2009.

LABOV, William. *Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. In Working papers in sociolinguistics. Austin, Texas: Southwest Educational Development Lab, 1978.

LAVANDERA, Beatriz. *Where does the sociolinguistic variable stop?* In Working papers in sociolinguistics, no. 40. Austin, Texas: Southwest Educational Development Lab, 1977.

PRETI, Dino. *Sociolingüística – os níveis de fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional